



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PSICOPEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO E SUA TESSITURA A LUZ DA
PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL

ALDERÊDA SILVA DE SOUZA

João Pessoa

2026

ALDERÊDA SILVA DE SOUZA

**O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO E SUA TESSITURA A LUZ DA
PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado de Psicopedagogia
do Centro de Educação da Universidade
Federal da Paraíba, como requisito parcial para
a obtenção do grau de Bacharel em
Psicopedagogia.

Orientadora: Prof^a Ms Marcia Paiva de Oliveira

João Pessoa

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S719p Souza, Alderêda Silva de.

O plano educacional individualizado e sua tessitura a luz da psicopedagogia institucional / Alderêda Silva de Souza. - João Pessoa, 2026.

16 f. : il.

Orientação: Márcia Paiva de Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicopedagogia) - UFPB/CE.

1. Plano educacional individualizado. 2. Psicopedagogia. 3. Educação especial. I. Oliveira, Márcia Paiva de. II. Título.

UFPB/CE

CDU 376(043.2)

Alderéda Silva De Souza

O Plano Educacional Individualizado e sua tessitura a luz da Psicopedagogia Institucional

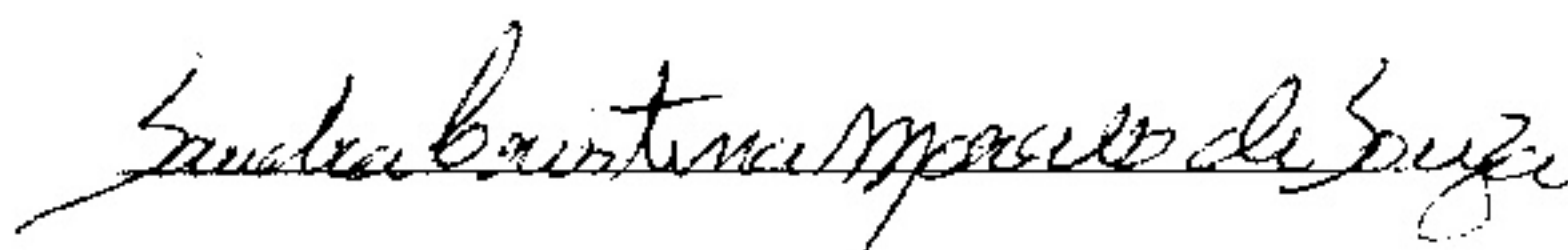
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Bacharelado de
Psicopedagogia do Centro de Educação da
Universidade Federal da Paraíba, como
requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Psicopedagogia.

Data de Aprovação 06/04/2026

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Ms. MÁRCIA PAIVA DE OLIVEIRA
Orientadora - UFPB



Prof^a. Dr^a. SANDRA CRISTINA MORAIS DE SOUZA
Avaliador - UFPB

RESUMO

A inclusão escolar de alunos com deficiência e neurodivergência é uma realidade no meio educacional, inclusive com amparo de políticas públicas e legislação pertinente. Para fazer frente a essa nova realidade, orienta-se a adaptação curricular e a elaboração dinâmica de documentos específicos, como o Plano Educacional Individualizado (PEI) e o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE). O PEI é um documento que deve ser construído em parceria escola/família de forma coletiva, de modo que possa atender às necessidades educacionais dos estudantes. Nesse contexto surge mais um espaço de atuação do psicopedagogo institucional, pois será ele que irá realizar a avaliação das necessidades do aprendente e em seguida oferecerá orientação aos docentes de como elaborar e executar o PEI direcionado ao aprendente. O presente estudo teve como objetivo elaborar uma cartilha de orientação psicopedagógica para os profissionais da Educação Básica em relação à elaboração do PEI. A partir das demandas registradas nos estágios supervisionados 1 e 2, observou-se a necessidade de elaboração desse material orientador. A cartilha foi elaborada utilizando a plataforma de design Canva, nela está elencado o passo-a-passo para elaboração do PEI. A cartilha será compartilhada com psicopedagogos, professores, pais e comunidade em geral. A mesma está subdividida em categorias, tais como: identificação do aprendente, período do planejamento, avaliação inicial, objeto do conhecimento, habilidades, estratégias metodológicas e recursos objetiva. O Plano Educacional Especializado é um direito de todo aluno público-alvo da educação especial, e sua garantia legal está assegurada pela legislação vigente no Brasil.

Palavras chaves: Plano Educacional Individualizado; Psicopedagogia; Educação Especial.

ABSTRACT

The school inclusion of students with disabilities and neurodivergence is a reality in the educational field, supported by public policies and relevant legislation. To address this new reality, curriculum adaptation and the dynamic development of specific documents, such as the Individualized Education Plan (PEI) and the Specialized Educational Service Plan (SESP), are recommended. The PEI is a document that must be developed collaboratively between the school and the family, so that, collectively, it can meet the educational needs of students. In this context, a new area of practice emerges for the institutional educational psychologist, as this professional will assess the learner's needs and then provide guidance to teachers on how to develop and implement an PEI tailored to the student. The present study aimed to develop a psychoeducational guidance booklet for Basic Education professionals regarding the preparation of the Individualized Education Plan . Based on the demands identified during Supervised Internships 1 and 2, the need for creating this guiding material was observed. The booklet was developed using the Canva design platform and presents a step-by-step guide for preparing the PEI . It will be shared charge with educational psychologists, teachers, parents, and the general community. The booklet is organized into categories such as: learner identification, planning period, initial assessment, area of knowledge, skills, methodological strategies, and objective resources. The Specialized Educational Plan is a right of all students who are the target audience of special education, and its legal guarantee is ensured by current legislation in Brazil

Keywords: Individualized Education Plan; Educational Psychology; Special Education

1.INTRODUÇÃO

O Plano Educacional Individualizado (PEI) é um instrumento didático fundamental para a efetivação da educação especial nos espaços educativos. O PEI trata-se de um documento elaborado de forma colaborativa envolvendo escola, família, e em alguns casos profissionais externos à instituição que atuam em várias especialidades, e que juntos organizam estratégias, objetivos, recursos, metodologias e formas de avaliação voltados às necessidades educacionais específicas de um estudante que demanda apoio educacional especializado (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2023). A participação dos responsáveis na elaboração e no acompanhamento do plano contribui para a construção de estratégias mais coerentes com a realidade do estudante, a escuta ativa da família amplia a compreensão sobre as potencialidades e desafios vivenciados fora do ambiente escolar, favorecendo intervenções mais integradas. O PEI não é apenas um planejamento formal: ele representa um compromisso ético, legal e pedagógico com a garantia do direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento pleno de cada estudante.

No contexto do brasileiro, o PEI se consolida como uma ferramenta essencial para assegurar o direito constitucional à educação, fundamentado no princípio da igualdade de condições de acesso e permanência na escola. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, no artigo no artigo 208, inciso III determina o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A partir desse marco legal, diversas legislações nacionais reforçaram a necessidade de garantir atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Entre os principais fundamentos legais que sustentam o PEI está a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei nº 9.394/1996), no artigo 58 determina que os sistemas de ensino devem assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às necessidades dos estudantes da Educação Especial.

Para além da LDBEN, desde o ano de 2008 a legislação brasileira conta com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O PEI

reforça a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial nas classes comuns do ensino regular, garantindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Nesse cenário, o PEI surge como instrumento estratégico para operacionalizar esses direitos. Ele organiza, de maneira sistemática, o planejamento individual do estudante, considerando suas potencialidades, dificuldades, estilos de aprendizagem, contexto familiar e social, bem como os recursos e apoios necessários. Assim, o plano deixa de ser uma prática opcional e passa a constituir uma exigência coerente com a legislação vigente e com os princípios da educação inclusiva.

Do ponto de vista legal, o PEI contribui para a efetivação de direitos previstos também na Lei Brasileira de Inclusão, que assegura à pessoa com deficiência o acesso à educação em igualdade de oportunidades, vedando qualquer forma de discriminação. A legislação estabelece que as instituições de ensino devem promover adaptações razoáveis e oferecer recursos de acessibilidade que garantam o pleno desenvolvimento acadêmico e social do estudante. O PEI, nesse contexto, funciona como instrumento organizador dessas adaptações, registrando: avaliações iniciais individualizadas, metas individualizadas, habilidade a serem trabalhadas, estratégias metodológicas diferenciadas, recursos, tecnologia assistiva (quando for o caso) e ferramentas avaliativas adequadas. Segundo Silva (2022), atualmente as leis e diretrizes educacionais nacionais abordam medidas necessárias para a inclusão escolar de alunos com deficiência, como individualização do ensino, adaptações, acomodações e modificações. O PEI representa uma mudança de paradigma: deslocando o foco da limitação do estudante para a responsabilidade da escola em criar condições para que todos aprendam. Em vez de padronizar o ensino e esperar que o estudante se adapte, o PEI propõe que a prática pedagógica seja flexibilizada e contextualizada. Isso implica reconhecer que os processos de aprendizagem são diversos e que o currículo deve ser acessível, significativo e ajustável às diferentes realidades.

Durante os estágios curriculares 1 e 2, do curso de Bacharelado em Psicopedagogia, foi possível observar que os professores apresentam bastantes dificuldades em compreender e na elaboração do PEI, o mesmo fenômeno acontece no espaço escolar no qual sou gestora. Diante da contexto identificado surge a ideia central deste trabalho, que tem como objetivo geral desenvolver uma Cartilha de orientação aos docentes de como elaborar o PEI através da identificação das necessidades educacionais específicas e potencialidades dos aprendentes, tendo como objetivos específicos realizar um estudo da legislação vigente no Brasil que assegura aos

estudante público alvo da Educação Especial o direito ao Plano Educacional Individual e Identificar o papel do psicopedagogo na elaboração do PEI.

2. O PEI COMO RECURSO FUNDAMENTAL PARA A INCLUSÃO

A importância pedagógica do PEI se relaciona diretamente com a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva. Diante dessa premissa a escola assume o compromisso de elaborar e acompanhar planos individualizados, desta forma ela reafirma que a diversidade é parte constitutiva do ambiente educacional. O PEI deixa de ser visto como um documento burocrático e passa a ser entendido como instrumento de transformação da prática docente. O PEI tem um caráter dinâmico, ele não deve ser elaborado uma única vez e arquivado apenas com documento engessado, mas deve ser constantemente revisitado e atualizado conforme o desenvolvimento do aprendente. A aprendizagem é um processo contínuo, e o plano precisa acompanhar as mudanças, os avanços e as novas necessidades que surgem ao longo do percurso escolar. Essa revisão periódica garante que o planejamento permaneça pertinente e eficaz.

Diante do exposto é importante destacar que o PEI não substitui o currículo comum, nem muito menos cria um currículo paralelo. Ao contrário, ele busca assegurar o acesso ao currículo oficial por meio de adaptações, estratégias diferenciadas e avaliações diferenciadas. O objetivo central do PEI é garantir equidade, oferecendo a cada estudante os recursos pedagógicos necessários para que tenha oportunidades reais de aprendizagem e permanência nos espaços educativos. Reconhecendo essa importância do PEI para o processo de inclusão, o Decreto Federal nº 12.773, de 08 de dezembro de 2025, o qual revisou o Decreto Federal nº 12.686/2025, é uma norma que atualizou a Política Nacional de Educação Especial, tornando o Plano Educacional Individualizado (PEI) obrigatório para alunos com deficiência e neurodivergência (TEA).

Mais do que um documento formal, o PEI representa um compromisso com a dignidade, o respeito às diferenças e a promoção de uma educação verdadeiramente democrática. Sua implementação qualificada contribui não apenas para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes público-alvo da Educação Especial, mas também para o fortalecimento de uma cultura educacional baseada na inclusão, na equidade e na garantia de direitos, pois ele representa uma estratégia de organização do trabalho escolar voltada para atender, de forma planejada e intencional, às necessidades

específicas de estudantes que demandam apoios diferenciados no processo de aprendizagem. O PEI nasce da compreensão de que os alunos aprendem de maneiras diferentes e que a escola precisa se organizar para garantir que todos tenham acesso real ao currículo. Mesmo com toda legislação sobre educação inclusiva ainda temos muito a caminhar e a construir, segundo Silva (2022).

[...] a legislação brasileira aborda medidas que proporcionam a inclusão escolar de alunos com deficiência, como medidas individualizadas, avaliação diagnóstica, adaptação curricular, recursos e serviços, Plano do AEE, parceria entre professor especializado e professor regular, entre outros, nenhuma dessas medidas retratam especificamente o Plano Educacional Individualizado.

Do ponto de vista didático, o PEI representa uma mudança significativa na forma de compreender e planejar o ensino. Em vez de responsabilizar o aprendente por suas dificuldades no ambiente escolar, o plano desloca o olhar para a prática docente e para a organização da escola. Desta forma deixa de ser discutido “por que o aluno não aprende?” e passa a ser pensado “quais estratégias didáticas podem ser adotadas para que ele aprenda?”.

O PEI possibilita um planejamento mais detalhado e individualizado, considerando as potencialidades, interesses, ritmos e necessidades do estudante. A partir de uma avaliação diagnóstica, são definidos objetivos de curto, médio e longo prazo, bem como as estratégias pedagógicas, os recursos de acessibilidade e as formas de avaliação mais adequadas para cada aluno. Esse planejamento não deve ser estático, ao contrário, precisa ser constantemente revisto, acompanhando o desenvolvimento do aluno.

Outro aspecto fundamental segundo Silva (2022) é o caráter colaborativo do PEI. Sua elaboração deve envolver professores da sala regular, psicopedagogos, profissionais do AEE, equipe pedagógica, gestão escolar e família. Essa construção coletiva amplia a compreensão sobre o estudante e fortalece as ações pedagógicas. Ao chamar a família a participar do processo, cria-se uma rede de apoio que favorece o desenvolvimento integral do aluno, tanto no ambiente escolar quanto fora dele.

Pedagogicamente, o PEI contribui para a flexibilização curricular, não tornando as atividades mais fáceis e sim mais acessíveis permitindo assim adaptações nos conteúdos, nas metodologias/recursos e nos instrumentos de avaliação que serão aplicados. O objetivo do plano é garantir equidade, oferecendo os apoios necessários para que o estudante tenha reais oportunidades de aprendizagem. Dessa forma, o plano

não cria um currículo paralelo, mas assegura condições para que o aluno acesse o currículo comum. Além disso, o PEI favorece uma avaliação mais processual e formativa. Ao invés de focar exclusivamente em resultados padronizados, passa-se a considerar o percurso individual, os avanços conquistados e as habilidades desenvolvidas ao longo do tempo.

[...] partir do que foi delineado no PEI, o professor titular da turma e o professor do AEE irão planejar atividades, exercícios, experiências, utilizar recursos e estratégias e avaliar o aluno, levando em consideração os objetivos de aprendizagem que foram definidos para ele, ou seja, o que foi definido no PEI, deve estar presente na elaboração e implementação do Plano de Aula e do Plano do AEE. (Silva, 2022)

Diante de sua importância, o Plano Educacional Individualizado deve ser compreendido como um instrumento que articula legislação e prática pedagógica. Ele materializa, no cotidiano escolar, os princípios da inclusão e da equidade previstos nas leis brasileiras. Sua importância vai além do atendimento individual: ele fortalece a cultura inclusiva, promove práticas mais reflexivas e reafirma o papel da educação como instrumento de transformação social.

2.1 QUAIS AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA PARA CONSTRUÇÃO DO PEI?

O psicopedagogo é o profissional que atua nos processos de aprendizagem, especialmente nas dificuldades de aprendizagens, tanto no tocante a avaliação quanto na intervenção. Nos últimos anos, após várias mudanças nos processos de ensino e de avaliações de aprendizagem vem se notando cada vez mais a necessidade desse profissional dentro dos espaços educacionais, fortalecendo assim a psicopedagogia institucional. O psicopedagogo institucional vem se consolidando como o profissional que compreende os processos de aprendizagem e suas dificuldades de acontecer dentro das instituições, e que pode atuar para minimizar as dificuldades apresentadas pelos aprendentes.

Segundo Visca (1987), a aprendizagem é um processo complexo que envolve diferentes dimensões do sujeito, sendo influenciada por fatores internos e externos. Dessa forma, podemos observar que o trabalho psicopedagógico consiste em investigar como o aluno aprende, quais obstáculos interferem nesse processo de aprendizagem e quais estratégias podem ser utilizadas para tais obstáculos.

No espaço escolar, o papel deste profissional após as várias mudanças nas

políticas públicas para educação inclusiva vem se desenhando e ganhando maior espaço dentro da educação especial, diante desse contexto ele surge como um possível articulador dentro do espaço educacional para elaboração do PEI. Para Visca (1987), o processo de aprendizagem deve ser compreendido de forma ampla, considerando fatores cognitivos, afetivos e sociais que influenciam o sujeito na construção do conhecimento

A avaliação psicopedagógica deve considerar diferentes aspectos do desenvolvimento do aluno, tais como cognição, linguagem, interação social, autonomia e habilidades acadêmicas. A partir dessas informações, é possível definir objetivos educacionais individualizados e estratégias pedagógicas adequadas.

Para que esteja à frente desse processo ele deve compreender que o aluno é um sujeito único, com suas particularidades emocionais, sociais e cognitivas, para que isso aconteça ele precisa construir seu espaço dentro da Educação Inclusiva. A partir disso, ele deverá compreender que seu papel é essencial para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas limitações, tenham acesso à educação de forma justa e inclusiva. Desta forma, o psicopedagogo em parceria com os demais pares envolvidos na elaboração do planejamento poderá atuar na

1. Identificação das necessidades do aprendente através do levantamento de informações sobre o aluno por meio de avaliações diagnósticas e observações;
2. Realização de Reunião com a equipe pedagógica e a família buscando envolver família e professores;
3. Apoio aos docentes na definição de objetivos e estratégias estabelecendo metas claras e práticas didáticas específicas;
4. Apoio no planejamento dos recursos e materiais de apoio necessários;
5. Acompanhamento da implementação do PEI de forma que sejam aplicadas as estratégias acordadas para a rotina escolar;
6. Monitoramento e revisão do PEI, acompanhamento do progresso do aluno e ajustes no plano conforme necessário. (adaptado de Rhema Neuroeducação, 2025)

Diante do exposto, observamos que o psicopedagogo deverá atuar de forma colaborativa com professores, equipe pedagógica e as famílias dos estudantes. Esse trabalho é fundamental para garantir que o PEI seja construído de maneira coletiva e que as estratégias definidas sejam aplicadas de forma eficaz no contexto escolar.

Ao iniciar este estudo foi possível perceber uma escassez de materiais que abordem a participação do psicopedagogo na elaboração do PEI. A partir dessa lacuna surge a ideia desse trabalho que é a criação de uma cartilha de orientação aos docentes sobre como elaborar o PEI. A cartilha elaborada foi baseada no modelo de PEI elaborado pelos professores que atuam na rede municipal de ensino de João Pessoa. Contudo, temos o entendimento que ela pode ser usada como material de apoio para outros profissionais de outros espaços e redes de ensino que necessitam elaborar o PEI.

3. MÉTODO/ ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa aplicada na área de Educação Inclusiva, tem caráter de desenvolvimento tecnológico, tendo como objetivo a criação de um produto técnico voltado para a orientação aos docentes de como elaborar o PEI. A cartilha de orientações contém 14 páginas, está dividida em: Definição sobre o PEI; Objetivos do PEI; Estrutura do PEI; Linha do tempo para elaboração do PEI; Orientação para a Avaliação Inicial e um modelo estruturado de PEI. Ela foi elaborada na plataforma on-line de designer Canva, para elaborá-la foram realizadas pesquisas bibliográficas em sites da internet, livros, artigos científicos disponíveis na plataforma Google Acadêmico e revistas que continham material de orientação sobre Educação Inclusiva, sua legislação e sobre a atuação do Psicopedagogo Institucional na elaboração do PEI. O modelo de PEI utilizado para guiar esse trabalho foi retirado da plataforma EDUCASIM, que é sistema de gestão escolar do município de João Pessoa-PB, esse modelo foi elaborado pelos professores das salas de recursos multifuncionais do município.

4. RESULTADOS

O presente trabalho teve como objetivo desenvolver uma cartilha orientação para elaboração de Plano Educacional Individualizado (PEI), como produto final, que auxilie profissionais da educação, especialmente psicopedagogos e professores, no planejamento de estratégias pedagógicas voltadas para estudantes com necessidades educacionais específicas. O modelo desenvolvido é composto por diferentes seções que possibilitam uma análise mais ampla do processo educacional do aluno. Entre os principais elementos presentes no documento estão: Definição sobre o PEI; Objetivos do PEI; Estrutura do PEI; Linha do tempo para elaboração do PEI; Orientação para a Avaliação Inicial e um modelo estruturado de PEI. Durante o processo de construção do produto técnico, buscou-se elaborar um instrumento claro, objetivo e de fácil utilização pelos profissionais das instituições de ensino. Dessa forma, o modelo proposto permite registrar informações importantes sobre o estudante e acompanhar seu desenvolvimento ao longo do processo educativo, como recomenda a legislação pertinente, que trata dessa temática (Decreto Federal nº 12.773, de 08 de dezembro de 2025, o qual revisou o Decreto Federal nº 12.686/2025. Esse decreto foca em estratégias pedagógicas baseadas

em estudo de caso. Esse ordenamento jurídico reforça a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015, institucionalizando o PEI como ferramenta primordial do processo de inclusão escolar.

5. DISCUSSÃO

Durante o desenvolvimento deste trabalho, uma das principais dificuldades encontradas foi a escassez de materiais específicos que relacionam diretamente a atuação do psicopedagogo com a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI). Embora existam diversos estudos sobre educação inclusiva e dificuldades de aprendizagem, ainda são limitadas as produções acadêmicas que abordam de forma aprofundada o papel do psicopedagogo nesse processo

Dessa forma, foi necessário realizar uma articulação entre diferentes áreas do conhecimento, como educação inclusiva, psicopedagogia e planejamento educacional, a fim de construir uma base teórica que sustentasse o desenvolvimento do produto técnico proposto neste trabalho.

Apesar dessas limitações na literatura, o estudo evidencia a importância da atuação do psicopedagogo no contexto escolar, especialmente no que se refere à identificação das dificuldades de aprendizagem, à orientação pedagógica e à elaboração de estratégias educacionais que favoreçam o desenvolvimento do estudante. Nesse sentido, a construção do modelo de PEI apresentado neste trabalho busca contribuir para ampliar as discussões sobre o tema e oferecer um instrumento que possa auxiliar profissionais da educação na prática pedagógica inclusiva.

Diante desse cenário apresentado e analisado ao longo do estudo, foi possível perceber de maneira clara e significativa a necessidade de ampliação e aprofundamento de estudos futuros acerca da atuação do psicopedagogo no processo de elaboração, planejamento e desenvolvimento do Plano Educacional Individualizado (PEI), considerando sua importância no acompanhamento e na promoção de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos estudantes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste trabalho permitiu refletir sobre a importância de compreender a aprendizagem como um processo singular, que envolve histórias,

sonhos, desafios, potencialidades e diferentes formas de construir conhecimento. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber que o Plano Educacional Individualizado (PEI) representa muito mais do que um instrumento pedagógico: ele simboliza o compromisso da escola com uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de reconhecer e valorizar as diferenças presentes no chão da escola.

Durante o desenvolvimento deste estudo, também foram encontradas dificuldades relacionadas à escassez de materiais que abordassem diretamente a atuação do psicopedagogo na elaboração do PEI. Esse desafio reforçou ainda mais a relevância da temática, evidenciando a necessidade de ampliar as discussões acadêmicas e práticas sobre o papel do psicopedagogo no contexto da educação inclusiva.

Nesse cenário, o trabalho do psicopedagogo torna-se fundamental, pois esse profissional contribui para compreender as dificuldades de aprendizagem, identificar potencialidades e colaborar com a construção de estratégias pedagógicas que respeitem o ritmo e as necessidades de cada estudante. Assim, sua atuação favorece a construção de um ambiente educacional mais sensível, acolhedor e comprometido com o desenvolvimento integral do aluno.

O produto técnico desenvolvido neste trabalho, uma cartilha de orientação sobre a elaboração de Plano Educacional Individualizado, busca oferecer uma ferramenta de apoio aos profissionais da educação, auxiliando no planejamento de práticas pedagógicas mais organizadas e voltadas para as necessidades específicas dos estudantes. Espera-se que esse instrumento possa contribuir para fortalecer o trabalho colaborativo entre professores, psicopedagogos, equipe pedagógica e famílias, promovendo uma atuação conjunta em favor da aprendizagem.

Por fim, este estudo reafirma que a educação inclusiva não se constrói apenas por meio de leis ou documentos, mas principalmente por meio de atitudes, olhares e práticas que reconhecem o valor de cada estudante. Cada pessoa que encontra apoio em seu processo de aprendizagem representa uma vitória para a educação e para a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária.

Que este trabalho possa inspirar novos estudos e, sobretudo, incentivar profissionais da psicopedagogia a continuarem acreditando no poder transformador da sua atuação nos espaços institucionais, lembrando sempre que, por trás de cada dificuldade de aprendizagem, existe uma história que merece ser compreendida e um potencial que merece ser desenvolvido.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2026.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em : <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2026.

_____. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 18 out. 2024.

_____. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Política Nacional de Educação Especial. CNE/CEB nº 2, de 1º de julho de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jul. 2001.

_____. Decreto Nº 12.773, de 8 DE Dezembro de 2025. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 dez. 2025.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. *Plano Educacional Individualizado (PEI): o que é e como implementá-lo em sua escola.* Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/plano-educacional-individualizado-pei/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

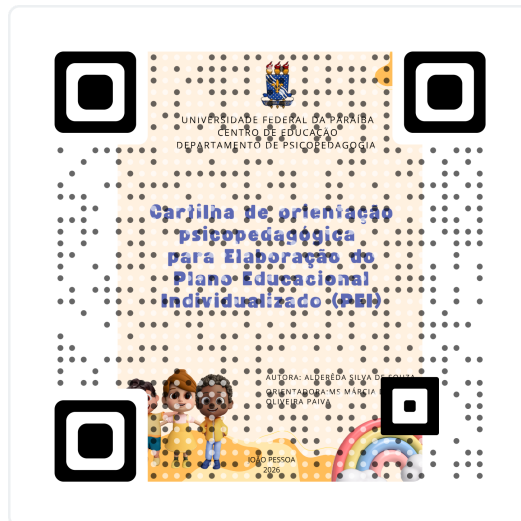
RHEMA NEUROEDUCAÇÃO. **O que deve constar no PEI?** Disponível em: <https://rhemaneuroeducacao.com.br/blog/o-que-deve-constar-no-pei/>. Acesso em: 11 mar. 2026.

Silva, G. L., Camargo, S. P. H., Mello, M. P., & Costa, D. da S. (2022). Contexto histórico e político para uma ação propositiva de organização e operacionalidade do Plano Educacional Individualizado de estudantes com deficiências. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 30(85). Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6708> acesso em: 01/02/2026

VISCA, Jorge. **Diagnóstico operatório na prática psicopedagógica.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

ANEXO

Em anexo o link de acesso a Cartilha de orientação psicopedagógica para Elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI)



AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pelo apoio incondicional, compreensão e incentivo ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Esta conquista também é de vocês, que estiveram ao meu lado em cada passo, com amor, paciência e confiança. Minha eterna gratidão por serem minha base e minha maior motivação.

Agradeço, de forma especial, a minha orientadora Professora Marcia Paiva, pela dedicação, paciência e generosidade ao longo de todo o processo de construção deste. Sua orientação foi fundamental para o desenvolvimento deste TCC, contribuindo não apenas com conhecimentos técnicos, mas também com incentivo, confiança e apoio nos momentos mais desafiadores. Sou profundamente grata por cada orientação, correção e ensinamento compartilhado, que foram essenciais para a concretização desta etapa tão importante da minha formação acadêmica.

A professora Sandra Cristina membra da banca examinadora, pela disponibilidade, atenção e valiosas contribuições oferecidas para o aprimoramento deste trabalho. Sou grata pela dedicação e pelo cuidado na avaliação, que certamente contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal.

E por fim agradeço aos meus queridos professores, que ao longo desta jornada contribuíram de forma significativa para a minha formação acadêmica e pessoal. Cada ensinamento, orientação e experiência compartilhada foram fundamentais para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento deste trabalho. Levo comigo não apenas o aprendizado teórico, mas também os valores e exemplos que inspiraram minha caminhada e mudaram profundamente a profissional que sou e serei daqui pra frente. Minha sincera gratidão a todos que fizeram parte desta etapa tão importante da minha vida.